

## Endossado extrativismo moçambicano: o caso do gás natural

### Mozambican extractives' endorsement: the case of the natural gas

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.130173>

Vasco Alberto Chemane

Maputo, Moçambique

[vascochemane@gmail.com](mailto:vascochemane@gmail.com)

#### Resumo

O texto parte da premissa presente no título, e guiado pela necessidade de trazer respostas às perguntas de pesquisa, nomeadamente “como se explica que um país com um histórico de baixo IPP, esteja aparentemente a desafiar as decisões multilaterais relativamente à necessidade de resposta global às mudanças climáticas, e não exploração de recursos energéticos fósseis”, e “qual o impacto desse desafio nas suas abordagens desenvolvimentistas?”, primeiro constrói uma narrativa das circunstâncias dessa actuação, nomeadamente as decisões da COP26 e potenciais impactos sobre os países dependentes de recursos naturais, a matriz energética europeia e a dependência do gás russo, as quais conjugadas, ditaram um comportamento de endosso do extrativismo moçambicano, segundo estuda o caso de Moçambique, contextualizando a exploração de hidrocarbonetos, caracterizando o endosso extractivista, indicando os actores, e razões, e faz referência à “ajuda” Russa materializada por um mercado potencial resultante do desenlace com a UE, no qual Moçambique pode disputar uma quota, e apresenta o potencial de desenvolvimento associado, e desafios emergentes, e por fim aborda o tema do desenvolvimento com base na exploração de recursos naturais, trazendo lições de boas e más práticas, com o intuito de refrear euforia, e contribuir na reflexão em vista ao desenho de uma trajetória transformacional impactada pelas oportunidades do extrativismo.

**Palavras-chave:** Poder; Índice de poder; Sistema Internacional; Mudanças climáticas; Recursos naturais; Gás natural; Desenvolvimento; Moçambique.

#### Abstract

Starting from the premise in the title, and guided by the necessity of bringing answers to the research questions, namely “what is the explanation for a country with a historic of poor IPP, is apparently challenging the multilateral decisions relative to the necessity of global reaction to the climate changes, and no exploitation of fossil energetic resources?”, and “what is the impact of these challenge to development approaches”, the text first build a circumstances narrative of that behaviour, namely the COP26 decisions and potential impacts on countries depending on natural resources, the energetic European matrix and dependency on Russian gas, which conjugated, determined an endorsement behaviour on Mozambican extractives', second study the case of Mozambique, contextualising the hydrocarbon exploitation, characterising the extractives' endorsement, indicating the actors and reasons, referencing to the Russian “hep” materialized by the potential market resulting from the ending with EU, on which Mozambique can dispute a share, and introduces the associated potential of development, and emerging challenges, and finally makes an approach to the subject of development based on natural resources exploitation, bringing lessons of good and bad practices, with the intention of curbing euphoria, and contribute to the reflection bearing in mind the design of a transformational trajectory impacted by the extractives' opportunities.

**Keywords:** Power; Power index; International System; Climate changes; Natural resources; Natural gas; Development, Mozambique.

Recebido: 14 Fevereiro 2023

Aceito: 04 Maio 2023

*Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse*



## Introdução

A compulsa dos manuais das relações contemporâneas entre os Estados, no que toca ao conceito de poder e dos instrumentos usados para mensurá-lo, mormente o Índice de Poder Potencial (IPP), o Índice de Poder Efectivo (IPE), o Índice Composto de Capacidade Nacional (ICCN), o Índice de Poder Perceptível ( $P_p$ ), e o Índice de Organski-Krugler (IOK), com este último concebendo o poder de um país como estando dividido nas componentes interna e externa, indica que no Sistema internacional (SI), a problemática de ter ou não ter poder, é fundamental.

O poder se relaciona com a capacidade de realização de vontades, isto é, quer na acepção Weberiana do termo, quer no contexto do SI, o conceito se relaciona com a probabilidade de um actor político realizar a sua própria vontade, sem depender da vontade de outrem, gerando permanente estado de tensão entre actores com mais poder, buscando vantagens às custas dos que detêm menos, gerando uma interdependência assimétrica.

Avaliar o nível de poder de um país utilizando os dois primeiros índices, é bietápico, significa avaliar o IPP, o qual tem base material, resultando do conjunto dos recursos materiais à disposição do Estado, e pode não se reflectir em influência ou autonomia. O complemento dessa avaliação é o IPE, que é a probabilidade real de independência na realização de vontades. Se deduz daqui que o poder efectivo é inversamente proporcional à vulnerabilidade externa: quanto mais elevada a probabilidade de independência na realização de vontades ou de resistir a pressões externas, menor é a vulnerabilidade de um país, e maior o seu poder efectivo no SI.

Moçambique tem um histórico do IPP que variou de 2,06 a 2,31 entre os anos 2000 e 2017, colocando o país na posição 98 numa escala de 1 a 100, consentânea com o desempenho noutros *rankings* internacionais, a exemplo do Índice de Competitividade Global (ICG) e Índice de Percepção da Corrupção, e tem registrado nos últimos anos, descobertas de recursos naturais energéticos em quantidades elevadas. No que se refere ao gás natural, o potencial das actividades extractivas colocam o país em lugares cimeiros do *ranking* de produtores mundiais.

Dando fé aos postulados das relações entre Estados e de economia política internacional, com incidência no conceito de poder, Moçambique deveria enfrentar reacções negativas, ou mesmo enfrentar medidas estratégicas dos principais países produtores e exportadores do gás natural, em resposta à ameaça que esta exploração representaria aos seus interesses. Considerar ainda as decisões tomadas em contexto multilateral, como é o caso da protecção do ambiente ou da biodiversidade, a resposta global às mudanças climáticas, entre outras, as quais vão contra os interesses de alguns Estados membros.

Paradoxalmente, o comportamento no período mais recente, é de endosso do extrativismo moçambicano, desconstruindo assim a narrativa da conspiração<sup>1</sup> que supostamente estaria a ser movida pelos principais países produtores e exportadores desta *commodity*, notando-se também a busca da redução da dependência de alguns países europeus face ao gás natural Russo. O endosso também valida o carácter do próprio IPP, pois o poder que dele emana não é efectivo.

Os dois parágrafos anteriores transmitem a ideia de uma contradição entre os postulados e a aposta de Moçambique na exploração de gás natural, configurando deste modo um problema ou pergunta que pode ser assim enunciado(a): Como se explica que um país com um histórico de baixo IPP, esteja aparentemente a desafiar as decisões multilaterais relativamente à necessidade de resposta global às mudanças climáticas, e não exploração de recursos energéticos fósseis?

A pesquisa foi desenvolvida visando dar resposta à pergunta enunciada, buscando uma narrativa explicativa da contradição presente na pergunta de pesquisa, que se denota do comportamento dos principais países produtores e exportadores de gás natural, e de entidades e personalidades influentes no SI. Complementando, o texto aborda o potencial

---

<sup>1</sup> Dos julgamentos realizados, ainda não foi indicado um país produtor e exportador de gás natural, envolvido com o terrorismo de Cabo Delgado, permitindo concluir da existência de outras motivações e financiadores. Ver o texto de Feijó e Maquenzi (2019).

impacto desenvolvimentista decorrente deste aparente desafio aos detentores do poder no SI, constituindo assim o objectivo específico em vista.

Em termos de estratégia de abordagem ao tema em ordem a alcançar os objectivos plasmados, para além desta secção introdutória, a segunda discute os potenciais impactos das decisões da cimeira COP26 sobre os países em desenvolvimento dependentes da exploração de recursos naturais, em particular Moçambique, a terceira aborda a matriz energética europeia e a dependência do gás russo e o potencial benefício de Moçambique dessa fricção, a quarta está virada para o estudo de caso, contextualizando a exploração de hidrocarbonetos, e caracterizando o endossamento do extrativismo Moçambicano, a quinta retoma o assunto aparentemente esgotado do desenvolvimento económico com base na exploração dos recursos naturais, fazendo uma resenha teórica analítico-comparativa focada no desenvolvimento, alertando para a necessidade de opções adequadas de políticas e estratégias, em aproveitamento das oportunidades do endossamento objecto do texto. A secção final é a da conclusão, seguida das referências. Em termos metodológicos, o texto é resultado de uma triangulação da pesquisa documental, estudo longitudinal e estudo de caso.

### **Cimeira COP26 e potenciais impactos sobre Moçambique**

De há alguns anos a esta parte, as mudanças climáticas ocupam espaço considerável nas agendas de governação nacional e global, com as Nações Unidas tomando a dianteira, através das conferências dedicadas, a penúltima das quais teve lugar na Escócia, Cidade de Glasgow, a COP26, que resultou na aprovação unânime pelos 200 países representados, do “Pacto Climático de Glasgow”, visando acelerar as acções climáticas ainda nesta década, além de finalizar o texto do Livro de Regras de Paris. O Pacto na essência se prende com a limitação do aquecimento global em 1,5°C, e a promoção de acções em escala global, nos eixos da mitigação, adaptação, financiamento e cooperação.

Mitigação significa adesão quase global ao compromisso com a neutralidade carbónica, NDC's<sup>2</sup> de 153 países, fortalecimento das medidas de mitigação em carácter de urgência, e aceleração das acções nas áreas de carvão, desmatamento, veículos eléctricos e metano; adaptação tem a ver com a redução da vulnerabilidade, fortalecimento da resiliência e aumento da capacidade da população e do planeta de se adaptar aos impactos das mudanças climáticas, financiamento consiste em aceitar que são necessários investimentos urgentes em adaptação e resiliência diante dos actuais impactos das mudanças climáticas, sobretudo nas comunidades mais vulneráveis ao clima, daí o compromisso dos países desenvolvidos de angariar anualmente USD100 mil milhões para o financiamento climático, enquanto cooperação significa união de esforços em ordem a, entre outros, atingir quatro “*breakthroughs*” nas áreas de energia, transporte rodoviário, aço e hidrogénio; COP26 (2021).

Ainda sobre a mitigação, é possível constatar, a partir de COP26 (2021), que a conferência foi no sentido da aceleração da transição para veículos eléctricos, redução das emissões globais de metano em 30% até 2030, a interrupção e reversão da perda de florestas, e registo da adesão de outros países ao “Pacto Não Mais Carvão”, o que implica a descontinuação das centrais termoeléctricas.

Olhando para o conjunto das decisões adoptadas na COP26, na perspectiva da sua integral implementação, é racional a observação de que os países como Moçambique, não emissores ou menos poluentes e dependentes da exploração de recursos naturais energéticos, foram colocados numa situação estratégica desconfortável, e a clivagem se manteve na COP27 no Egipto, com os países dependentes da exploração de recursos naturais energéticos fósseis acusando os europeus de pretenderem impedi-los de transformarem em riqueza, as suas vastas reservas de recursos energéticos, postura que pode ser entendida em como os primeiros países consideravam que os segundos estavam “atirando para longe, a escada que eles próprios já haviam escalado”<sup>3</sup> (WALSH *et al.*, 2021, p. 6).

<sup>2</sup> Contribuições Determinadas a Nível Nacional.

<sup>3</sup> No original: “*kicking away the ladder that they themselves have already climbed*”.

Também há a considerar o custo de geração da energia eléctrica com base em recursos fósseis, que continua a ser, não obstante os desenvolvimentos tecnológicos registados, uma abordagem de menor custo usar o gás natural, perspectiva aparentemente não considerada nas deliberações da COP26, uma dimensão que joga a favor dos países dotados de recursos fósseis, com Walsh *et al.* (2021, p. 4) a indicarem que “não é realístico esperar que os países africanos priorizem a redução das emissões de carbono, em detrimento da competitividade”<sup>4</sup>.

O desconforto abrangeu Moçambique devido ao carvão mineral e o gás natural, perceptível na intervenção do seu representante (Ver “Cabo Delgado: Ambientalistas levam gás a tribunal” Edição de 12/11/2021 do Jornal SAVANA), que defendeu que Moçambique sozinho, do mesmo modo que os outros países em desenvolvimento, não conseguiria ter os recursos necessários para financiar acções estruturantes para fazer face aos impactos das mudanças climáticas, tendo por isso apelado a uma mobilização de mais recursos, definição de critérios de acesso e transferência de tecnologia.

Para além da problemática de recursos financeiros, fica patente da referida intervenção, que Moçambique esgrimia o argumento duma transição energética gradual, assente numa matriz diversificada integrada por fontes mais limpas e amigas do ambiente. Gradualismo significava continuação da exploração de hidrocarbonetos emissores de metano, em paralelo com o acesso aos prometidos mais de USD20 mil milhões de novos recursos públicos e filantrópicos destinados a ajudar países em desenvolvimento a expandir a sua matriz de energias limpas em detrimento do carvão, referenciados na COP26 (2021).

Esta postura do país, de regatear pela continuação da exploração de recursos poluentes ao mesmo tempo que tem acesso a fundos para mitigação, pode ser considerada uma boa jogada estratégica para quem se debate com o problema de escassez de recursos, estratégia tipo faca de dois gumes, que levou alguns analistas a enquadrá-la como chantagem (Ver “à hora do Fecho” Edição de 05/11/2021 do Jornal SAVANA).

A combinação tridimensional do desconforto estratégico, das metas temporais dos “*breakthroughs*”, e do reduzido valor do IPP do país, resulta num quadro em que praticamente, o potencial de transformação económica induzido pela exploração das enormes reservas comprovadas de recursos energéticos de Moçambique, não passava de uma quimera, pois o país não dispõe de costas largas suficientes para desafiar decisões tomadas em fóruns do tipo COP26 e aguentar com as consequências, o que remete para a ocorrência de algo que encorajou esta aposta no extrativismo, que o texto procura desmistificar.

### **Matriz energética europeia e a dependência do gás russo**

A produção de energia na europa é feita com recurso a uma combinação de *commodities* fósseis como petróleo, carvão, e gás natural, a transformação da energia hídrica, geotérmica, nuclear, eólica, fotovoltaica, biomassa, e ainda a incursão incipiente ainda, para o uso do hidrogénio, num esforço de aproveitamento de fontes renováveis, em detrimento dos recursos fósseis poluentes, colocando-o no terceiro lugar no *ranking* de poluidores globais. Esta evolução tecnológica beneficiou fontes menos poluentes, e em última análise fontes renováveis, levando ao aumento da produção de gás natural, com as energias hídrica e nuclear a se situarem em níveis mais elevados de crescimento, segundo Ribeiro (2011).

A evolução matricial registou avanços e recuos, por exemplo em relação ao gás natural e à energia nuclear, devido às preocupações ambientais, que estão por detrás do objectivo de “reduzir as emissões de gases de efeito de estufa no continente em 55% até 2030”<sup>5</sup>, inserido no esforço de descarbonização da economia europeia. Este objectivo foi secundarizado face à necessidade da União Europeia (UE) reduzir a dependência do gás russo em até 90% até ao final do ano 2022, traduzida na decisão do parlamento europeu, a 6 de julho daquele ano, de categorizar o gás natural e a energia nuclear como fontes renováveis.

<sup>4</sup> No original: “*Expecting African countries to prioritise the reduction of carbon emissions above domestic competitiveness is unrealistic*”

<sup>5</sup> Meta corrigida para 62% no âmbito das medidas de protecção ao clima, aprovadas pelo parlamento Europeu a 18/04/2023.

Entender esta trajetória aos *zig-zags* da matriz energética europeia, é um exercício que implica entender as dinâmicas geopolíticas e geoeconómicas que marcaram a contemporaneidade do continente. A luta interna da Rússia nos anos 90 do século XX, pela transição para uma sociedade de mercado livre, que resultou na privatização da maioria das empresas, colocou em confronto diferentes interesses, tendo resultado na prisão, no exílio, ou na morte de alguns protagonistas. Desse confronto ideológico e interesseiro, emergiu um Vladimir Putin fortificado, com poderes para implementar o seu conceito “os recursos são o motor natural para o progresso económico da Rússia”<sup>6</sup>, uma vez que já se tinha apercebido de que a chave para o renascimento da Rússia, era a sua vasta riqueza de recursos naturais”<sup>7</sup> (KATUSA, 2015, p. 19-20).

A tese putiniana encontra respaldo no facto de que, de acordo com Garcia (2010), a Rússia detinha uma quota de 26% das reservas mundiais comprovadas de gás natural, tornando-a no maior exportador, enquanto para Ribeiro (2011), essa quota era em 2009, de 23,7% dos 187,5 trilhões de metros cúbicos (Tcm). Já em Chemane (2021), reportando ao final de 2017, se encontra a indicação de que a Federação Russa possuía 18,1% das reservas mundiais comprovadas.

Um olhar do lado da procura revela, com base em Chemane (2021), que do total global do gás natural importado entre os anos 2000 e 2017, que foi de 13.840 milhões de toneladas de petróleo equivalente (TPE), as economias do combinado Europa/Eurásia absorveram 51% e as da Europa Central absorveram 3%, isto é, é no combinado euroasiático onde se localizam os maiores compradores do gás natural. Cruzando as abordagens de Garcia (2010) e Ribeiro (2011) a esta procura, sobressaem várias dimensões que permitem caracterizar da seguinte forma os compradores do gás russo:

- (I) Antigos membros da UE, destacando-se a Alemanha;
- (II) Novos membros da UE (países bálticos, Polónia e República Checa);
- (III) Antigos membros da Comunidade dos Estados Independentes (CEI);
- (IV) Países europeus produtores, cujas reservas estão em declínio;
- (V) Países que constituem oportunidade de expansão do mercado para o extremo oriente.

Tendo em conta esta panóplia de clientes, as políticas comercial e energética seguidas pela Rússia são consentâneas com a sua dotação de *commodities*, funcionando então como respaldo da constatação de Garcia (2010), de que ela exportou no ano 2005, acima de 50% do petróleo produzido, 40% de derivados, e sensivelmente 39% do gás natural, e as evidências nos parágrafos anteriores, permitem deduzir uma variação da sua quota de reservas mundiais de 26% para 18,1% num intervalo de sensivelmente oito (8) anos, em resultado da intensidade da exploração que é validada noutros termos, por Ribeiro (2011).

As abordagens à oferta e procura global do gás natural patente nos parágrafos anteriores, destapa, relativamente à Europa em geral, e à UE em particular, um quadro de dependência face às enormes quantidades de reservas de recursos energéticos da Federação Russa, o que é exacerbado pela sua postura estratégica de usar esta dependência para tirar vantagens políticas nas relações com os seus clientes, e a tática tem sido muito próxima à conhecida “dividir para reinar”, que se materializa através da já conhecida “capacidade Russa de negociar separadamente com os Estados Membros da UE, de modo que sua força fique pulverizada” (GARCIA, 2010, p. 36).

Contudo, está-se perante um quadro de interdependência complexa, pois de acordo com Todd (2003), citado por Garcia (2010, p. 37), “a Rússia pode dispensar os Estados Unidos, mas não a Europa”, e as disputas pela influência geopolítica e geoeconómica, acabaram “validando” o reverso desta citação, isto é, o efeito ricochete desta confrontação tem um potencial de atingir positivamente Moçambique, conforme se discute na secção seguinte, resultando num contexto que a titulação do texto pretende retratar.

<sup>6</sup> No original: “*the resources are the natural engine for Russia’s economic progress*”.

<sup>7</sup> Petróleo, gás, urânio, carvão, ouro, etc.

## Extratativismo moçambicano assente no gás natural

### *Situação Pré Endosso Extractivista*

Considerando como separador de águas o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia a 24 de Fevereiro/2022, a situação actual da indústria de exploração de gás natural se caracteriza pela operação de dois projectos, mormente o projecto onshore da SASOL, em Pande & Temane, na Província de Inhambane, e o projecto offshore da ENI, localizado na área 4 da bacia do Rovuma. O terceiro é o projecto<sup>8</sup> misto da TotalEnergies, igualmente localizado na área 1, neste momento em “banho-maria”, dado a que a sua parte onshore se localiza na zona afectada pelo terrorismo.

O projecto da SASOL iniciou a produção industrial em 2004, e Chemane (2021) refere que o mesmo indicia propensão do país cair na “Armadilha de Recursos”, concedendo isenções fiscais, uma tática integrada na “*race to the bottom*”, resultando em um fluxo de apenas USD312<sup>9</sup> milhões para o erário público no período 2004-2017, bem abaixo dos USD2,2 bilhões que fundamentaram a sua aprovação, correspondendo uma partilha de apenas 29% do valor da produção, abaixo dos valores obtidos do *benchmark* com alguns países produtores/exportadores.

Ainda segundo o mesmo estudo, o projecto da SASOL, enferma(va) ainda de uma modesta contribuição na transformação estrutural da economia, reflexo do fraco aproveitamento das *forward-backward-linkages*, não obstante os casos de uso do gás nas viaturas, geração eléctrica<sup>10</sup>, e distribuição residencial, pois cerca de 90,2% da sua produção é exportada, denotando uma exploração em regime de enclave económico.

O projecto da ENI, iniciou a produção no II semestre de 2022, e a partida do primeiro carregamento de gás para exportação se registou a 13 de Novembro. Conhecido como “*Coral Sul FLNG*”, tem uma capacidade de liquefação de 3,4 milhões de toneladas por ano (MTPA), totalmente alocados à exportação, tornando-o um empreendimento que cimenta o carácter *commodity exporter* da indústria moçambicana de hidrocarbonetos, prevendo-se por isso que provoque um crescimento de apenas 5,0% da actividade económica em 2023, enquanto na vertente fiscal, as previsões apontam para um fluxo de USD63 milhões/ano (Ver versão electrónica do Jornal O País, Edição de 03/06/2022. Conversão a 64,51MT 's/USD), no período 2023 a 2025, em cumprimento do regime fiscal estabelecido para o caso.

O carácter da exploração presente nos dois projectos, revela que existe ainda uma necessidade de aprimoramento e/ou adequação das políticas que governam o aproveitamento das oportunidades de transformação estrutural da economia oferecidas pelo extrativismo, justificando a abordagem teórica e analítico-comparativa que é desenvolvida na secção “Recursos naturais versus desenvolvimento: lições a reter”.

### *Endosso extractivista: razões, actores, potencial de desenvolvimento e desafios*

As decisões tomadas na COP26 no âmbito da preocupação global de resposta adequada e atempada ao impacto das mudanças climáticas, contribuíram para o desenvolvimento intra e extraterritorial, de um contexto que empurrava o país a optar por não explorar os seus recursos energéticos, porque fósseis e poluentes, conforme deixa transparecer a secção “Cimeira COP26 e potenciais impactos sobre Moçambique”.

Não é preciso repetir o desconforto estratégico, e as alternativas avançadas para que a exploração não fosse “demonizada”, nomeadamente os argumentos do gradualismo e da falta de recursos financeiros alocáveis à expansão de uma matriz de energias limpas. No domínio extraterritorial, organizações ambientalistas agiram no sentido de tornar realidade a opção pela não exploração, a exemplo da Friends of Earth (FOE) que intentou uma acção num tribunal londrino para impedir o financiamento pelo governo britânico de 1,15 mil milhões de libras, ao projecto de gás natural liquefeito

<sup>8</sup> Investimento de mais de USD20 bilhões.

<sup>9</sup> Espécie de avaliação de meio termo, dados 25 anos de vida do projecto.

<sup>10</sup> Em funcionamento 4 centrais, e 1 em construção (Inhassoro).

(GNL) em Cabo Delgado. Na mesma senda se coloca o activista Tony Bosworth que considera que "a transição deve ser feita para as energias renováveis, garantindo que países como Moçambique dão o salto sobre o gás".

Em contramão à FOE, se registava um movimento argumentativo que desaguou numa espécie de luz no fundo do túnel para Moçambique. O fundamento é o de que é injusto tratar em pé de igualdade, países que não poluem por igual. Nesta linha, a tese de Walsh *et al.* (2021, p. 5) a propósito do papel que podem desempenhar os países desenvolvidos é de que "se limitarem as oportunidades de desenvolvimento, por exemplo, suspendendo o financiamento para energia gerada a partir do gás, sem fazerem provisões para alternativas igualmente acessíveis, correm o risco de condenar os países (pobres) à contínua pobreza e insegurança alimentar"<sup>11</sup>.

Quem também se colocou em contramão com a FOE, foi a Câmara de Energia Africana (AEC), na pessoa do seu presidente, que saiu defendendo que "inviabilizar projectos de produção de GNL como os que Moçambique pretende desenvolver, é desonesto e injusto", e foi mais longe argumentando que "a acção vinda de uma organização ocidental, é contra os esforços de África de resolver a pobreza energética e não ajuda a resolver nenhum desafio imposto pelas mudanças climáticas" (Ver "Gás natural: AEC critica processo judicial contra Moçambique", Edição de 10/12/2021 do Jornal SAVANA).

Na perspectiva da activista Rachel Kennerly, em duplo alinhamento primeiro com a tese de Walsh *et al.* (2021), e segundo com a tese de que o extrativismo tem atrelado a si conflitos, violência, e violação dos direitos humanos, defende que no lugar de enveredar pela via de um financiamento "sujo" enquadrado no que chama de "hipocrisia climática", o governo britânico pode optar por ajudar países como Moçambique que estão na linha da frente, a fazer a transição para as energias renováveis. A posição de Kennerly no que toca à "maldição violenta" do extrativismo, é secundada por Anabela Lemos (Ver "É um erro insistir em megaprojetos extractivistas", Edição de 10/12/2021, do Jornal SAVANA), que chegou inclusive a considerar inadequada a posição do país na COP26.

Quem também usou o argumento da injustiça que é colocar Moçambique no mesmo patamar dos países grandes poluidores é Cirkel (Ver "FMI diz ser pouco sensato limitar projectos no país", Edição de 25/11/2021 do jornal NOTÍCIAS), que socorrendo-se da proporção entre as emissões carbónicas e a população de então, de 30 milhões de habitantes, rematou que o país emite muito pouco carbono, tendo acrescentado, segundo Nhampossa (2021), que "Moçambique contribui menos na poluição global e é um dos que mais sofre as consequências das mudanças climáticas..."

Até aqui, as perspectivas da *commodity* moçambicana eram sombrias. O acumulado de sinais no sentido contrário, e que levaram à titulação do texto, se desencadeia com a guerra na Europa, reforçada com o volte face no parlamento europeu, que decidiu reintegrar o nuclear e o gás natural na lista de fontes renováveis. O que se seguiu foi uma consequência natural, em termos de aumento da procura global, junto com o argumento de o gás natural ser uma fonte de transição energética.

Um outro factor que influiu na titulação, se prende com os resultados da diplomacia económica de Moçambique, que resultou na admissão do país como Estado-Membro Observador do Fórum dos Países Exportadores do Gás (GECF), na VI cimeira realizada a 22 de Fevereiro de 2022, na capital do Qatar (Doha), vincando o seu papel neste mercado global, que lhe é outorgado pelas reservas comprovadas de 180 triliões de pés cúbicos de gás natural na bacia do Rovuma, deitando assim por terra algumas narrativas conspiratórias, conforme referido na introdução.

No rescaldo da admissão do país ao GECF, a qual provocou expectativas no empresariado local, começa a ser construída a narrativa do gás natural como aposta para o equilíbrio económico e ambiental, revelando a consciência de que o endosso do extrativismo focado no gás natural é circunstancial, e não anula o facto de esta *commodity* integrar o conjunto de recursos fósseis, e por via disso, a sua exploração ser nociva aos esforços globais de redução dos gases de efeito

<sup>11</sup> No original: "If HICs (high-income countries) attempt to limit development opportunities – for example, by ceasing funding for energy generated by gas, without making provisions for equally affordable alternatives – they risk condemning countries to continue poverty and food insecurity".

de estufa. Como uma cereja no topo do bolo do endosso extractivista, o tribunal britânico de recurso rejeitou o pedido de impugnação ao financiamento do Reino Unido, ao projecto de exploração de gás natural, apresentado pela Friends of Earth.

### A “ajuda” da Rússia

A um observador atento, não pode passar despercebido que a sublimação das perspectivas sombrias que se reservavam à *commodity* moçambicana, para dar lugar a um cenário em que a “UE admite interesse no gás natural nacional”, é uma consequência do discutido na secção “Matriz energética europeia e a dependência do gás russo”, mormente o papel jogado pela Rússia na geopolítica e na geoeconomia do gás natural, à busca de espaço de influência, o que tem resultado num conflito latente com a UE em particular, e o ocidente em geral, conflito que entretanto se tornou activo a 24 de Fevereiro de 2022, com a invasão da Ucrânia.

Na essência a Rússia tem buscado poder na ordem económica internacional, suportado pelas vastas reservas de recursos energéticos fósseis de que dispõe, constituindo um dos cinco recursos de poder que têm relevância, com os restantes sendo: (I) tecnologia; (II) finanças; (III) mercados; e, (IV) mão de obra barata (OLIVEIRA, 2012).

No domínio económico/energético, a resposta da UE ao deflagrar do conflito tomou o formato de sanções, com a proibição das importações de carvão, proibição parcial das importações de petróleo, enquanto no domínio do gás natural, a abordagem tem sido cautelosa, enquadrada na estratégia já referida, de redução progressiva da dependência.

É recorrente a nível da literatura, a indicação de que a UE importa cerca de 90% do gás que consome, sendo a Rússia responsável por cerca de 45% dessas importações. Garcia (2010) usou dados de 2003 para constatar que a Rússia forneceu a 19 países, 172,8 bilhões de metros cúbicos de gás. Seguindo a mesma metodologia, Ribeiro (2011) estabeleceu com base em dados da British Petroleum Statistical Review of World Energy (BPSRWE), que no ano de 2009, se registou um volume de importações oriundas da Rússia, de 465,1 bilhões de metros cúbicos de gás, envolvendo 24 países.

Dados mais recentes na Tabela 1, reforçam as constatações da secção “Matriz energética europeia e a dependência do gás russo”, sobre a relação de dependência da Europa em relação à Rússia neste domínio, com o diferencial entre “Consumo” e o somatório da “Produção” e “Importações” a ser explicado pelas reservas estratégicas, variável não integrada na Tabela em referência.

Tabela 1 – Consumo, produção e importações europeias de gás natural

Unidade: Bilhões de Metros Cúbicos	Anos			
	2019	2020	2021	Média
<b>Variáveis</b>				
<b>Consumo</b>	554,5	542,0	571,1	555,9
<b>Produção</b>	234,8	218,7	210,4	221,3
<b>Importações/GNL</b>	119,4	116,3	108,2	114,6
<b>Importações com origem na Rússia/GNL</b>	20,5	17,2	17,4	18,4
<b>Importações/Gasoduto</b>	471,3	447,1	369,1	429,2
<b>Importações com origem na Rússia/Gasoduto</b>	188,0	167,7	167,0	174,2

Fonte: BPSRWE (2022).

Com a intenção europeia de redução da dependência do gás russo em até 90% até ao final do ano 2022, se pode afirmar que se abre um mercado potencial de 16,5 bilhões de metros cúbicos/ano de GNL, com base na média das importações originárias da Rússia, a que Moçambique se deve preparar para concorrer pela sua quota, levantando-se o desafio de criação de capacidade financeira e de produção para aproveitamento desta oportunidade potencial.

### O mercado Asiático

Pode ser agregada à redução da dependência europeia ao gás russo, a oportunidade que o crescente mercado asiático de gás natural representa, ditada pelas necessidades da indústria, do consumo doméstico da energia, e da modernização da matriz energética, através da descontinuação ou substituição das centrais a carvão.

Walsh *et al.* (2021), em texto anterior ao conflito entre a Rússia e a Ucrânia, incluíam neste mercado, os três maiores emissores mundiais de carbono, nomeadamente China<sup>12</sup>, Coreia do Sul, e Índia, os quais, para a prossecução dos respectivos desideratos de atingir a neutralidade carbónica em 2060, modernização da matriz energética, e de expansão da rede de gasodutos, dependerão de uma fonte fiável de fornecimento de GNL.

### Potencial de desenvolvimento

É inegável a pertinência do tema, considerando o potencial do extrativismo impactar os esforços de desenvolvimento económico, com Walsh *et al.* (2021) perspectivando uma economia vibrante de rendimento médio numa geração, na condição da complementação desse esforço com políticas económicas adequadas, que busquem assegurar o equilíbrio interno e externo, no quadro defendido por Torvik (2018) e Chemane (2021).

O desiderato das políticas em referência deve ser o de vertebrar as intervenções dos agentes envolvidos, públicos e privados, na edificação dos alicerces de uma economia em transformação e diversificada, avaliada pela variação de indicadores como Índice de Complexidade Económica (ICE), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), PIB *per capita*, e ainda indicadores sociais como taxa de analfabetismo, mortalidade infantil, esperança de vida, e fertilidade, estes últimos fortemente correlacionados com o consumo médio de energia, de acordo com Oliveira (2012), ou do papel da energia no desenvolvimento de ligações sectoriais no quadro de uma intervenção desenvolvimentista (CHEMANE, 2021).

Os dois parágrafos anteriores, remetem para o facto de que a implementação bem-sucedida de políticas económicas adequadas à governação da exploração da *commodity* em referência, cujas reservas nas duas áreas já concessionadas implicam, na avaliação de Walsh *et al.* (2021), investimentos de USD55 bilhões<sup>13</sup> e capacidade instalada de produção de um total de 30 milhões de toneladas de GNL/ano, se deve traduzir numa variação positiva do primeiro grupo de indicadores acima.

O aproveitamento das ligações ao longo da cadeia de exploração desta *commodity* deve por isso passar, entre outros, e de acordo ainda com Walsh *et al.* (2021), por investimentos na produção de fertilizantes, combustível, electricidade, produtos petroquímicos, representando deste modo uma possibilidade de industrialização e de emprego, em linha com o conceito de “Cluster do Gás Natural” presente em Chemane (2021).

### Desafios

O frenesim despoletado pelo endosso do extrativismo baseado no gás natural, não tem sido disfarçável, o que levanta a questão de como o país se tem preparado para lidar com o *windfall* em perspectiva. Alguns desafios se colocam, no sentido de assegurar que os males normalmente associados ao extrativismo não se verifiquem no caso, como sejam:

- 1) Uma política de conteúdo local consistente ao longo do tempo, que parametrize e incentive o envolvimento das multinacionais operando no sector, em práticas que induzam o *crowd in* das pequenas e médias empresas, resultando por um lado no fluxo de investimento directo nacional (IDN), e por outro, na transmissão da mensagem governamental de salvaguarda dos interesses dos investidores estrangeiros (BARCLAY, 2004).

<sup>12</sup> Na sequência do conflito, a Rússia redireccionou as suas exportações de gás natural, passando a China a ser o principal mercado, estando em carteira investimentos para aumentar a capacidade de transporte.

<sup>13</sup> Equivalente ao quádruplo do PIB actual do país.

- 2) A dívida pública tem constituído uma sinalização negativa ao ser recorrentemente referida como estando a aumentar, denotando problemas na sua gestão. A literatura sobre o tema e da alocação do *windfall* do extrativismo, aponta que este último não tem provocado desenvolvimento, devido à sua utilização para o pagamento da dívida, conforme em Sinnott *et al.* (2010), Medeiros (2013), e Chemane (2021).
- 3) O *windfall* do extrativismo pode também ser usado como arma política. A literatura aponta a irresistível tentação de aumentos salariais, a exemplo do que fez Yacobo Gowon em 1974 (então presidente da Nigéria, preocupado com a sua reeleição), que em pleno boom petrolífero de 1974-1984, ordenou aumentos salariais que chegaram a 130% para trabalhadores dos níveis mais baixos, com os aumentos no sector público provocando uma subida entre 50% e 60% do peso da “factura salarial” no orçamento (BIENEN, 1988). Salvo pormenores de índole técnica que revelam algum despreparo por parte dos envolvidos, a Tabela Salarial Única (TSU) reúne requisitos para constituir uma tentativa problemática de réplica do caso nigeriano, dada a proximidade do ciclo eleitoral, e o início do fluxo para o erário público, de receitas da exploração do gás natural da Bacia do Rovuma (Ver “Gás do Rovuma já flui na plataforma Coral Sul”, “Implementação plena da Tabela Salarial Única: Governo tranquiliza funcionários públicos”, e “Com a aprovação da Assembleia da República: Implementação da TSU a partir deste mês”, “Anúncio feito ontem pelo Presidente da República: Moçambique já exporta gás do Rovuma”, Edições de 20/06/2022, 27/07/2022, 08/10/2022 e 14/11/2022, do Jornal NOTÍCIAS).
- 4) O aproveitamento da janela aberta pela trajectória aos *zig-zags* da UE relativamente ao gás natural, pressupõe disponibilidade de recursos financeiros para investimentos em tecnologias de extracção, liquefação, armazenamento e transporte. É exactamente nesta dimensão (a financeira) que os países intensivos em recursos naturais são dependentes, dado o carácter capital intensivo desta indústria, influenciando pela negativa, o seu *time to market*: Moçambique precisa desenvolver junto do mercado financeiro global, um perfil que lhe permita viabilizar de forma expedita, os investimentos necessários. Consegue? A ver vamos!
- 5) Para além do caso da TSU, há outros desafios que cabem no jargão “despesismo”, que o país deve enfrentar com uma abordagem pragmática (exemplo da proliferação/duplicação de instituições sob o argumento da descentralização, a aposta no nepotismo em detrimento do mérito, etc.);
- 6) O terrorismo e a criminalidade (incluindo os raptos), dada a sua natureza de instigadores do *crowd out* do investimento.

### **Recursos naturais versus desenvolvimento: lições a reter**

Em aditamento aos desafios acima, importa revisitar o estado da arte sobre o desenvolvimento com base na exploração dos recursos naturais, objectivando dissipar equívocos e ajudar a refrear alguma euforia, e por outro, contribuir singelamente na reflexão que se impõe aos fazedores de políticas, em vista ao desenho de uma trajectória impactada pelas oportunidades que se abrem.

Se a aposta no extrativismo pode ou não provocar o desenvolvimento é uma questão para a qual não existe uma resposta acabada, devido a diferentes resultados conseguidos por países intensivos em recursos naturais, e pelos países menos dotados, conforme extensivamente demonstrado em Gelb *et al.* (1988), Drumond (2002); Sinnott *et al.* (2010); Medeiros (2013), e Chemane (2021), e a questões chave dessa diferença radicam, no caso dos países intensivos, na ausência de um quadro legal e regulamentar que propicie um adequado aproveitamento do *boom* de receitas para o erário público, acontecendo o contrário nos países não intensivos, com Souza *et al.* (2008, p. 68) asseverando que “os recursos naturais podem contribuir com o crescimento económico. Porém, sua existência não é uma condição necessária e suficiente para esse crescimento”.

Bienen (1988), apresenta o caso da Nigéria, que anos 70/80 do século XX, não fez a devida gestão da taxa de câmbio decorrente do *windfall* do petróleo, degenerando na apreciação da moeda e o aumento da inflação, esta última devido à escassez das importações. Este e outros erros de política econômica que se prolongaram para a actualidade, conduziram a que o país não traduzisse a sua riqueza petrolífera em ganhos substanciais de consumo *per capita* privado, durante os anos do *boom*. Pode se afirmar que o recurso à *currency-plus-commodity basket* (CCB) de Frankel (2018), que consiste na inclusão na cesta da taxa de câmbio, do preço da *commodity* de exportação, teria contribuído positivamente para a moderação da sua volatilidade.

Auty (1988) faz referência à poupança externa e à política de distribuição alargada da renda em Trinidad & Tobago, o que conduziu a um rápido crescimento de subsídios a consumidores, trabalhadores e empresas em risco de falência, provocando ganhos reais de consumo. Por outro lado, aponta os subsídios e os preços administrados, juntamente com aumentos salariais, apreciação da taxa real de câmbio, e a extensão da estatização da economia como tendo minado a agricultura e a indústria, de tal sorte que embora tenha terminado o segundo *boom* de petróleo<sup>14</sup> com USD2,6 bilhões em activos no estrangeiro, na sequência do conceito de Fundo Soberano de Riqueza, de Rinaldi & Loural (sem data), a economia era mais dependente do petróleo do que antes. A sua conclusão foi que os investidores estrangeiros são importantes na selecção de projectos, diversificação do risco, e garantia do acesso a mercados a grandes economias ricas em recursos naturais e orientadas para a exportação.

Neste caso de Trinidad & Tobago, a dependência na *commodity boomista* reflectia um certo desalinhamento entre o influxo do IDE (investimento directo estrangeiro) e o crescimento da economia, associado aos riscos de uma industrialização baseada em recursos versus tamanho do mercado interno, sem meios efectivos de realizar investimentos produtivos na agricultura ou numa indústria ligeira competitiva. O recurso a Aitken e Harrison (1999), Barclay (2004), e Gallagher e Zarsky (2007) permite classificar este padrão da economia de Trinidad & Tobago, como sendo uma economia de enclave, e resultaria do que a última das duplas referidas considera abordagem estatal passiva do IDE.

Esta falta de aproveitamento das ligações económicas resulta, segundo Castel-Branco (2010), em que a economia assume um carácter extractivista cujo *modus operandi* é a ausência de ligações entre actividades produtivas, reduzido aproveitamento das *forward-backward-colateral-linkages* entre actividades, empresas e subsectores, de maneira que a rede económica é extensa e porosa, no lugar de desenvolver ligações em múltiplas dimensões que tornem os agentes económicos capazes de reterem e usarem a riqueza que geram.

Sobre a economia da Indonésia, Chemane (2021) destaca o facto de o país ter beneficiado do *boom* do preço do petróleo nos anos 1970, impactando positivamente as receitas das exportações, resultando no crescimento médio anual de mais de 7% entre os anos 1989 e 1997, desempenho que, entretanto, foi afectado pela crise de 1997 que levou à fuga de capitais e derrapagem da moeda nacional.

Coreia do Sul, Singapura, e Hong-Kong, integram, junto com Taiwan, as chamadas novas economias industrializadas. Diferentemente dos quatro casos anteriores, se caracterizam por não serem economias intensivas em recursos naturais e por registarem mesmo assim, um nível de desenvolvimento económico comparativamente superior, atribuído ao papel conjugado das políticas económicas e das instituições, uma simbiose que salvo variações casuísticas, criou um quadro regulatório em linha com as correntes da heterodoxia endogenista ou do neoinstitucionalismo, que defendem o papel do Estado como elemento central.

No primeiro caso do quarteto anterior, se juntou à disponibilidade de factores de produção, o *upgrading* do parque industrial, uma situação internacional favorável, e opção por uma estratégia de crescimento orientado para as exportações, determinando um crescimento económico alto e rápido nos anos 1960 e 1980, associada a uma forte inserção no comércio internacional a partir da década de setenta, promovendo consideráveis mudanças estruturais que referenciam o país como exemplo desenvolvimentista a seguir (LIMA, 2017; SANTOS, 2021).

<sup>14</sup> Entre 1979 e 1981.

Em Lima (2017), se faz melhor retrato da simbiose das políticas econômicas e das instituições sul coreanas, a exemplo da coesão da elite desenvolvimentista à frente do Estado, e dos oligopólios privados prontos a aceitar e até a influenciar o estabelecimento de subsídios, com a orientação estatal a maximizar a oportunidade externa, sendo de admitir pressões dos governos dos Estados Unidos e do Japão aos seus bancos privados para que durante a crise financeira de 1982, não interrompessem o financiamento, garantido pela arrecadação de reservas cambiais através das exportações industriais. Ou seja, contrariamente ao cenário em muitos países em desenvolvimento ricos em recursos naturais, a Coreia do Sul não se debatia com o problema da escassez de recursos financeiros.

Ainda segundo Lima (2017), a postura relativamente a: (i) Estrutura de propriedade do capital; (ii) Centralização Financeira; (iii) Organização empresarial; e, (iv) Absorção/Desenvolvimento tecnológico, que vai além do paradigma neoclássico, redutora do papel do governo à facilitação das transações nos mercados e fornecimento de bens ou prestação de serviços que os mesmos não querem ou não podem prestar, foram outros determinantes da pujança econômica Sul Coreana.

O papel das instituições sul coreanas na configuração do contexto que resultou no crescimento econômico alto e rápido entre os anos referidos, levou Dunning (2008) a considerar que para um dado nível de rendimento, uma democracia pode experimentar menor variabilidade ao longo do tempo, demonstrativo de que instituições formais para garantir direitos de propriedade e contratuais, políticas para fomentar a concorrência e supervisão do sistema financeiro, políticas para aumentar a coesão social, e políticas para assegurar participação no sistema político, são criticamente importantes para a reestruturação industrial e crescimento econômico, podendo deste modo se estabelecer uma correlação positiva entre democracia e influxo de IDE, com o senão de aquela reforçar a protecção dos direitos de propriedade, e interesses das empresas nacionais, em detrimento dos interesses das empresas estrangeiras ou suas dependentes.

Ao conjunto de variáveis que conformam o ambiente de democracia, Gylfason (2018) atribui o qualificativo de diversificação política, e entre esta e a diversificação econômica a relação é de irmãs gémeas, buscando o desenvolvimento econômico. Há que considerar ainda a diversificação geográfica, desejável para o reforço da diversificação econômica.

Sobre Hong-Kong, Husain (1997) destaca o papel do poder político e das instituições, entrosamento que colocou a economia entre as mais abertas do mundo, com exportações representando cerca de 200% do PIB, um crescimento excepcionalmente forte do PIB real, a taxa média anual de 7%, e a quadruplicação do PIB *per capita*, chegando a USD22.770 em 1995.

Actualmente ocupando a segunda posição no *ranking* dos países mais ricos do mundo, a Singapura registou no ano 2021, um PIB *per capita* de USD61.549, que está em linha com o primeiro lugar no *ranking* da liberdade econômica. É associada aos “tigres asiáticos”, comércio intra-indústria, ou comércio triangular, conforme Chemane (2021), com a primeira associação a apelar à semelhança das políticas econômicas, e escassez dos recursos naturais, entre esta e os restantes integrantes do clube.

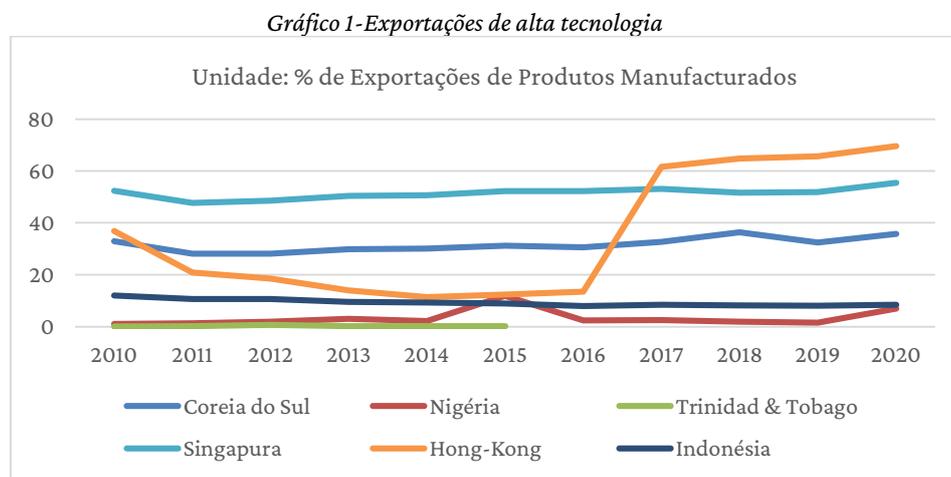
A inferência com base nos casos retro mencionados, é que a aposta numa abordagem interventiva heterodoxa endogenista, que supera a tese neoliberal de «menor Estado; melhor Estado», em direcção à tese neoinstitucionalista, é a mais adequada para o desiderato do desenvolvimento orientado para as exportações e substituição de importações, por permitir alargar os tentáculos estatais para atingir e corrigir as falhas dos mercados, visando a diversificação da economia.

A diversificação significa perseguir políticas econômicas e estratégias focadas no adensamento da rede econômica em extensão (diversificação geográfica) e profundidade, ao mesmo tempo em que a diminuição do grau de porosidade da economia se traduz no aumento da capacidade dos agentes econômicos apostarem em táticas de aumento da sua competitividade nos mercados internos e internacionais. Considerando os ingredientes referidos, o sucesso da diversificação se manifesta pelo comportamento do ICE, medido a partir da diversidade e complexidade da estrutura das exportações, com os produtos químicos e maquinaria sendo os mais complexos, acontecendo o inverso com as matérias primas e produtos agrícolas (GYLFASON, 2018).

O grau de diversificação sinaliza o desempenho dos países nos mercados, com destaque para os internacionais, considerando que uma elevada complexidade econômica se traduz num valor elevado do ICE, motivo pelo qual se tem afirmado que a diversificação reduz o risco, o que se aplica a bens e serviços, e neste último caso, devido a que uma forte expansão, pode catalisar as exportações de bens, directa ou indirectamente através do efeito *spillover* (GYLFASON, 2018).

O desempenho dos países retro mencionados, nas dimensões equilíbrio interno e externo, política econômica, e institucional, e as fontes usadas, corroboram o facto de que a Coreia do Sul, Singapura, e Hong-Kong, não obstante serem não intensivos em recursos naturais, se saíram melhor comparativamente aos intensivos (Indonésia, Nigéria, e Trinidad & Tobago) nos anos referidos, o que é confirmado por informação mais recente (período 2010-20, abaixo), recolhida com base no conceito de diversificação econômica e indicadores associados.

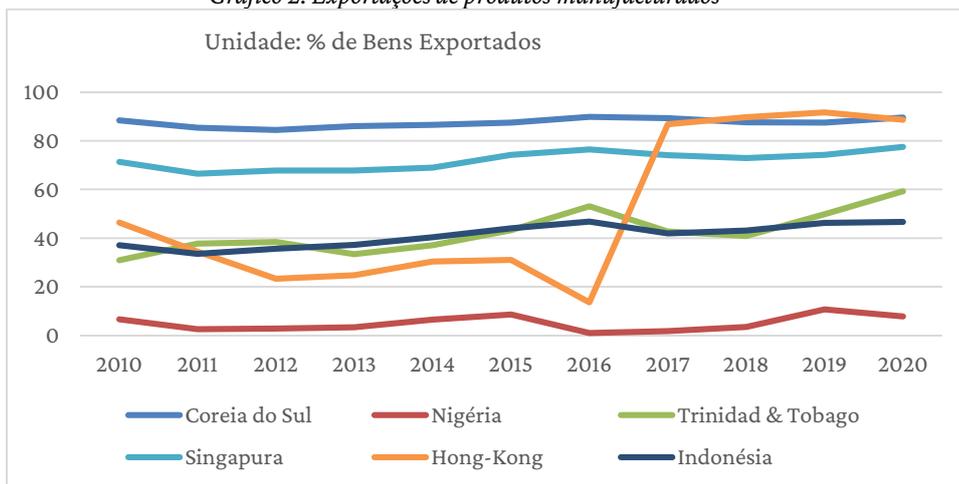
O Gráfico 1, destaca a Singapura como maior exportador de produtos de alta tecnologia, com uma média anual de 51,4% do total de produtos manufacturados no período, seguido por Hong-Kong e Coreia do Sul, com 35,3% e 31,6%. Todos os países catalogados como intensivos em recursos naturais se situaram do lado oposto, com a Indonésia a registar uma média de 9,3%, a Nigéria 3,3%, e Trinidad & Tobago com 0,2%.



Fonte: Banco Mundial (2022).

O exercício de análise comparativa do desempenho exportador dos países arrolados revela, no Gráfico 2, uma ligeira alteração do quadro, tomando a dianteira a Coreia do Sul, com uma média anual de 87,4% de exportações de produtos manufacturados, do total de bens exportados, surgindo na segunda e terceira posições, a Singapura com 72,0% e Hong-Kong com 51,0%, e mantém-se a tendência de a liderança ser detida pelos países não intensivos, considerando que coube aos intensivos, as médias anuais de 42,4%, 41,1%, e 5,1%, correspondentes à Trinidad & Tobago, Indonésia, e Nigéria.

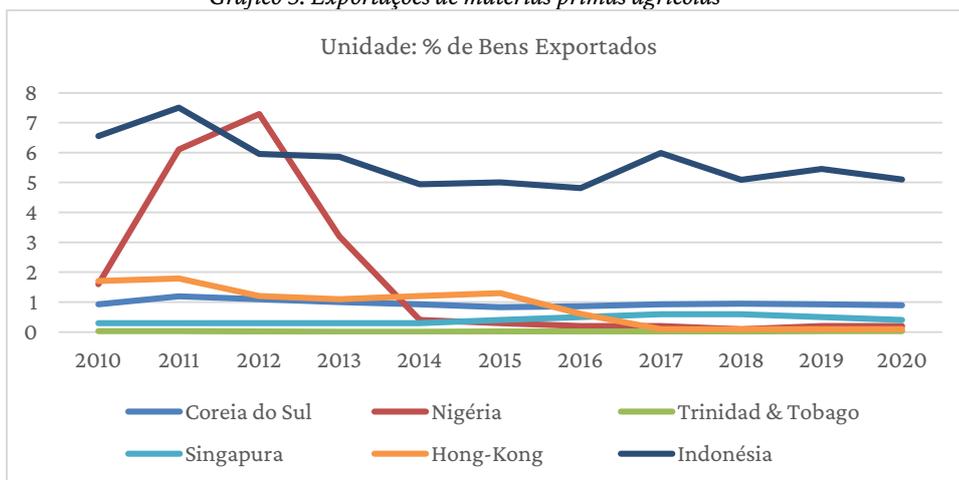
**Gráfico 2: Exportações de produtos manufacturados**



Fonte: Banco Mundial (2022).

O Gráfico 3 revela um misto de comportamentos, primeiro que a aposta na industrialização focada na exportação não olvidou a prática da agricultura na Coreia do Sul, e que a primarização das exportações se estende dos hidrocarbonetos à agricultura na Nigéria e Indonésia, com médias anuais dos três países de 1,0%, 1,8%, e 5,7%, referentes à exportação de matérias primas agrícolas, sobre o total de bens exportados no período.

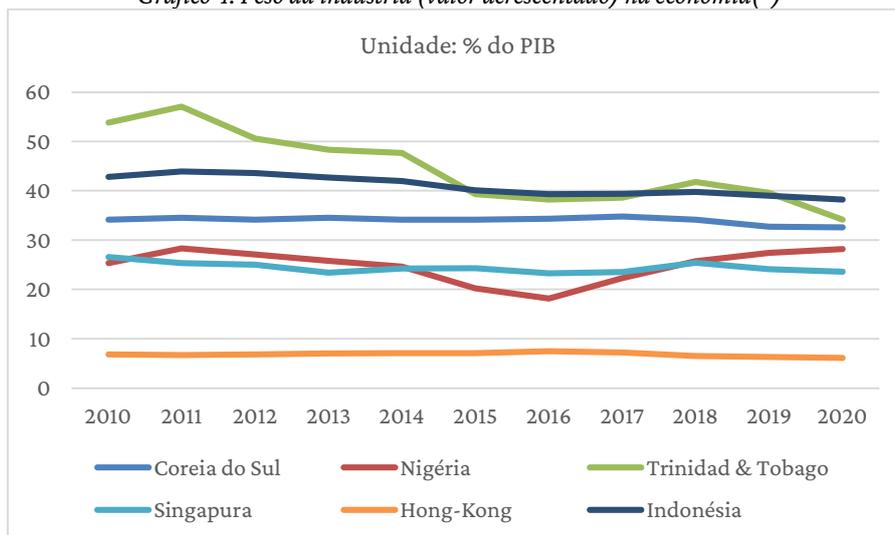
**Gráfico 3: Exportações de matérias primas agrícolas**



Fonte: Banco Mundial (2022)

O Gráfico 4 revela três segmentos quando se avalia a participação da indústria na economia. Um segmento unitário (Hong-Kong) de baixa participação média anual (6,8%), um segmento intermédio (Coreia do Sul, Nigéria e Singapura \_ pesos médios anuais de 34,0%, 24,8%, e 24,4%), e um terceiro de alta participação (Trinidad & Tobago, e Indonésia \_ pesos médios anuais de 44,4%, e 41,0%). Não surpreende que este terceiro segmento seja constituído por países intensivos em recursos naturais, cuja exploração justifica o lugar da industria na economia. É também neste segmento onde se verifica a maior variabilidade desta participação, ditada pela variabilidade dos preços das *commodities*.

**Gráfico 4: Peso da indústria (valor acrescentado) na economia(\*)**

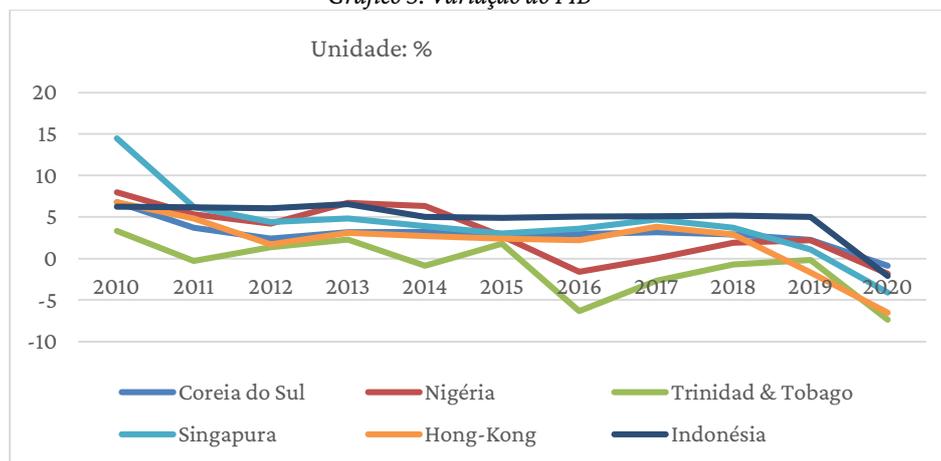


Legenda: (\*) inclui a construção

Fonte: Banco Mundial (2022).

Quando se usa a taxa de crescimento do PIB para efeitos de comparação (Gráfico 5), o cenário evidenciado é, primeiro, de uma grande variabilidade protagonizada pelos países intensivos, impactada pelo comportamento instável dos preços das *commodities*, e segundo, de dois segmentos, o de países cuja média anual de crescimento está acima de 2,5% que é a média anual do grupo (Coreia do Sul, Nigéria, Singapura, e Indonésia, com 3,0%, 3,4%, 4,2%, e 4,8%), e o dos restantes (Trinidad e Tobago, e Hong-Kong, com 0,9%, e 2,0%). É de destacar a distribuição pelos dois segmentos, quer dos países intensivos, quer dos não intensivos, revelando que a intensidade em recursos naturais só por si, não é factor de vantagem, podendo, antes pelo contrário, as suas exportações exporem os países à volatilidade dos preços e aos efeitos negativos dos termos de troca, ao contrário das exportações de produtos industriais.

**Gráfico 5: Variação do PIB**



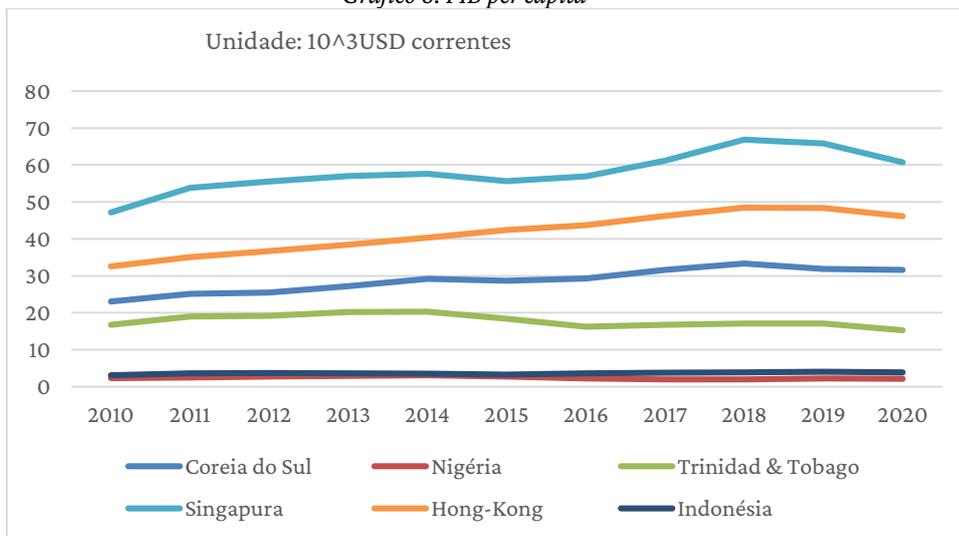
Fonte: Banco Mundial (2022).

Olhando individualmente para a riqueza produzida<sup>15</sup>, tema do Gráfico 6, o posicionamento dos países é diferente da situação anterior, com os países não intensivos se colocando acima da média anual do grupo (USD23.700), nomeadamente Coreia do Sul (USD28.800), Singapura (USD58.000), e Hong-Kong (USD41.700), com os intensivos se

<sup>15</sup> É fato que a riqueza produzida não é igualmente distribuída. A indicação de Auty (1998) combinada com a de Dunning e Lundan (2008) vão no sentido de haver mais justiça social nos países asiáticos menos intensivos do que nos países em desenvolvimento intensivos em recursos naturais, justificada pelo papel do Estado e das políticas económicas e sociais adoptadas. Uma fonte de conflitos por explorar, a exemplo das fontes referidas nas referências de Chemane (2019), ou em pesquisas do investigador João Feijó.

quedando abaixo daquela média (Nigéria USD2.400, Trinidad e Tobago USD17.800, e Indonésia USD3.600), o que reforça o argumento anterior de que a intensidade em recursos naturais, só por si, não é factor de vantagem econômica.

Gráfico 6: PIB per capita

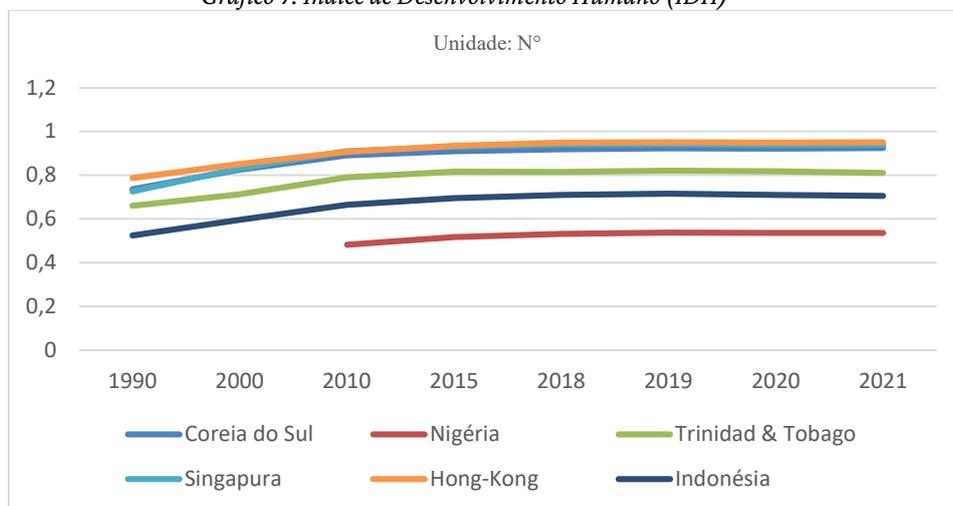


Fonte: Banco Mundial (2022).

No agregado, os Gráficos 1 a 6 evidenciam um melhor desempenho exportador, nas dimensões de produtos de alta tecnologia, e produtos manufacturados, dos países não intensivos, uma demonstração da adequada abordagem à diversificação econômica, integrando a industrialização, enquanto do lado oposto se nota a aposta na *commoditização* das exportações, as quais geram choques externos dada a volatilidade dos preços.

O Gráfico 7 cobrindo o período 1990-2021, apresenta o desempenho do grupo de países usados nos gráficos anteriores, usando como termo de comparação o IDH, e nele destacam-se por baixo, os países intensivos, os quais tiveram as classificações “desenvolvimento humano baixo” (Nigéria), “desenvolvimento humano elevado” (Indonésia). Destaque para Trinidad & Tobago cujo IDH, não obstante ser inferior em termos absolutos ao dos países não intensivos, cai no intervalo que lhe permite ombrear com estes últimos categorizados como de “desenvolvimento humano muito elevado”, corroborando, salvo esta excepção, a indicação da nota de rodapé 15.

Gráfico 7: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano (2022).

## Considerações Finais

O percurso que foi seguido nesta incursão, corresponde à estratégia de abordagem indicada, o que facilitou a construção de uma narrativa que explica a contradição existente entre os postulados teóricos e a aposta de Moçambique na exploração das suas reservas de gás natural, traduzida na pergunta de pesquisa.

Assim, através dos argumentos e referências usadas, ficou estabelecida a referida contradição, materializada no facto de que Moçambique, não obstante ter um histórico de um baixo IPP, e possuir vastas reservas de hidrocarbonetos, não estar a ser objeto de medidas estratégicas reactivas desencadeadas pelos países produtores e exportadores do gás natural, em resposta à ameaça que esta exploração representaria aos seus interesses, e, pelo contrário, o cenário é de endosso do extrativismo moçambicano, promovido por vários quadrantes do SI, mormente os produtores e exportadores de gás natural, aos quais se junta a postura de indivíduos e instituições influentes.

Neste cenário, se descartam os argumentos contra a exploração, esgrimidos por organizações ambientalistas, desfavoráveis ao extrativismo focado no gás natural, sob o pretexto de danos ambientais e risco de violência e abusos de direitos humanos, que normalmente são associados, o que em certa medida legitima o “desafio” do país às decisões da COP26, que vão no sentido de não exploração de gás natural porque poluente, complementado pelo “Pacto Não Mais Carvão”, ou, em escala maior, a ir em contramão das decisões das cimeiras mundiais sobre as mudanças climáticas, com a COP26 se destacando por na sua decisão, não ter levado em consideração a vantagem de custo na utilização do gás natural na geração eléctrica.

Também foram trazidos à colação, em reforço das razões para o endosso do extrativismo moçambicano, a busca pela UE, de uma saída para a sua dependência do gás Russo, necessidade que se agudizou com o deflagrar da guerra contra a Ucrânia, desiderato que passa pela redução da dependência em 90% ao longo do ano 2022. Aqui é necessário sublinhar que a “libertação da UE da dependência da Rússia”, significa uma oportunidade de mercado potencial de 16,5 bilhões de metros cúbicos/ano de GNL, devendo Moçambique procurar competir por uma quota do mesmo.

Até este ponto, o objectivo geral da pesquisa estava concretizado. A busca pelo alcance do objectivo específico, impunha um revisitar de arcaboços teóricos que se dedicam à dicotomia extrativismo e desenvolvimento económico, envolvendo painéis de países ricos e pobres em recursos naturais, e os dados compulsados favorecem o desempenho desenvolvimentista dos países pobres, materializado através da aposta na industrialização e/ou diversificação das suas economias, remetendo Moçambique a, na sequência do seu endossamento extractivista, utilizar a bonança em perspectiva para contrariar este quadro, procurando ir no sentido defendido pelas escolas da heterodoxia endogenista ou do neoinstitucionalismo, que defendem o papel do Estado como elemento central.

Em cenário de aproveitamento cabal da oportunidade representada pelo mercado potencial retro mencionado, os efeitos se traduzirão em episódios de crescimento económico a taxas elevadas, que demandarão a implementação de adequadas políticas económicas em linha com as escolas retro, que fomentem a transformação estrutural, em direcção à diversificação económica, e o sucesso na satisfação dessas demandas, configurará a concretização de um cenário teórico compulsado, em que o *boom* extractivista e conseqüente *windfall* provocam desenvolvimento.

Importa sublinhar, em reforço do indicado anteriormente, que a forma como são desfiladas: (I) a teoria de poder e IPP, (II) as COPs e o impacto das decisões tomadas sobre os países dependentes da exploração de recursos naturais; (III) a matriz energética europeia e a dependência do gás russo; (IV) o estudo de caso; (V) o diferencial de desempenho económico entre países ricos e pobres em recursos naturais, e o paradigma de desenvolvimentismo baseado na exploração dos recursos naturais, consubstanciam um quadro de consumação dos objetivos perseguidos com o exercício.

## Referências

- AUTY, Richard (1998). **Resource Abundance and economic development \_ improving the performance of Resource-Rich Countries**. World Institute for Development Economics Research (UNU/WIDER). Disponível em: <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/rfa44.pdf>. Acesso em 31/10/2017.
- AUTY, Richard. Trinidad and Tobago: Windfalls in a small Parliamentary Democracy. In: GELB, Alan, and Associates. **Oil Windfalls: Blessing or Curse**. Oxford: Oxford University Press. 1988. Capítulo 14. p. 262-288.
- BARCLAY, Lou Anne (2004). Foreign direct investment – facilitated development: The case of natural gas industry of Trinidad and Tobago. **Oxford Development Studies**. Oxford. Volume 32, Issue 4, p.485-505. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/24085735\\_Foreign\\_direct\\_investment-facilitated\\_development\\_The\\_case\\_of\\_the\\_natural\\_gas\\_industry\\_of\\_Trinidad\\_and\\_Tobago](https://www.researchgate.net/publication/24085735_Foreign_direct_investment-facilitated_development_The_case_of_the_natural_gas_industry_of_Trinidad_and_Tobago). Acesso em 30/03/2020.
- BIENEN, Henry. Nigeria: From Windfall Gains to Welfare Losses? In: GELB, Alan, and Associates. **Oil Windfalls: Blessing or Curse**. Oxford: Oxford University Press. 1988. Capítulo 13. p. 227-259.
- BRITISH PETROLEUM - BP. **Statistical Review of World Energy (2010)**. Disponível em: <http://www.antjeschupp.de/files/bpstatisticreview.pdf>. Acesso em 20/12/2022.
- CAGAIN, Rafael; CINTRA, Marcos; farhi, Maryse; ALMEIDA, Júlio (2008). O debate em torno dos fundos cambiais: experiências internacionais. **IE/UNICAMP**, Campinas. n. 150, nov. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:QLsM3-HT6pIJ:www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php%3Fid%3D1780%26tp%3Da+&cd=12&hl=sw&ct=clnk&gl=mz>. Acesso em 22/07/2022.
- CASTEL-BRANCO, Carlos. **Economia Extractiva e Desafios da Industrialização em Moçambique**. Maputo: Marimbiq-Conteúdo e Publicações, Lda. 2010
- CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 2012.
- CHEMANE, Vasco. **A Exploração de Gás Natural em Moçambique (2000-2017): Os Desafios Domésticos e Externos da Transformação Estrutural**. Tese de Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais, submetida à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Brasil. 2021. (368).
- CHEMANE, Vasco. Parceira Moçambique-China: Cruzamento de estratégias seeking em contexto de globalização financeira (um olhar aos resultados do período 2001-2016). **Revista Conjuntura Austral**. Porto Alegre. v.10, n.49, p.62-80, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/87743>. Acesso em 10/07/2020.
- COP26 (2021). **Pacto Climático de Glasgow**. Disponível em: UN Climate Change Conference 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ukcop26.org/wp-content/uploads/2022/05/PORT-COP26-Presidency-Outcomes-The-Climate-Pact.pdf>. Acesso em 22/07/2022. . Acesso em: 18/08/2022.
- DRUMOND, José. Natureza rica, povos pobres \_ Questões conceptuais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo. Ano 5, n. 10, p. 1-26, set. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16885.pdf>. Acesso em 29/07/2017.
- DUNNING, John; LUNDAN, Sarianna. **Multinational Enterprises and the Global Economy**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited. 2008.
- FEIJÓ, João; MAQUENZI, Jerry. Indemnizações em Namahumbir: Resolver conflitos com mais conflitos. **Destaque Rural**. Maputo. Nº 72, 30 de Setembro. 2019. Disponível em: <https://omrmz.org/wp-content/uploads/DR-72-Indemniza%C3%A7%C3%B5es-em-Namanhumbir.pdf>. Acesso em 23/04/2023.
- GARCIA, Camila. **A influência dos recursos energéticos Russos nas Relações Contemporâneas com a Europa**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Brasil. 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28391>. Acesso em 10/09/2022. (58). <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/32038/R%20-%20T%20-%20PEDRO%20LOPES%20MARINHO.pdf?sequence=1>
- GELB, Alan, and Associates. **Oil Windfalls: Blessing or Curse?** Oxford: Oxford University Press. 1988.
- GLASSBURNER, Bruce. Indonesia: Windfalls in a poor rural economy. In: GELB, Alan, and Associates. **Oil Windfalls: Blessing or Curse**. Oxford: Oxford University Press. 1988. Capítulo 12. p. 197-224.
- GYLFASON, Thorvaldur. From economic diversification to growth. In: AREZKI, Rabah; BOUCEKINE, Raouf; FRANKEL, Jeffrey; LAKSACI, Mohammed; PLOEG, Rick van der: **Rethinking the macroeconomics of Resource-Rich Countries**. London: A VoxEU.Org Book: CEPR Press. 2018. Capítulo 10. p.103-111.
- HUSAIN, Aasim. Hong Kong, a China em transição. **Finanças & Desenvolvimento**. Hong Kong. Setembro. 1997. Disponível em: <https://valeriaribeiroufabc.files.wordpress.com/2018/04/hong-kong1.pdf>. Acesso em 11/01/2023.

KATUSA, Marin. **The Colder War – How the Global Energy Trade Slipped from America’s Grasp**. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc, Hoboken. 2015.

LIMA, Uallace. O debate sobre o processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: uma linha alternativa de interpretação. **Economia e Sociedade**. Campinas. v. 26, n. 3 (61), p. 585-631, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/6BW95ffZX6qx3CgdHtXVfzQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 25/07/2022.

MEDEIROS, Carlos. Recursos Naturais, Nacionalismo e Estratégias de Desenvolvimento. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 143-167. 2013. Disponível em: <https://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/344-798-1-PB.pdf>. Acesso em 10/10/2018.

NHAMPOSSA, Argunaldo (2021). FMI - Não é sensato bloquear exploração de gás em Moçambique. **Jornal Savana**, 25 de Novembro, 2021. Maputo. Disponível em: [www.savana.co.mz](http://www.savana.co.mz). Acesso em 25/11/2021.

OLIVEIRA, Lucas. **Energia como recurso de poder na política internacional: Geopolítica, Estratégia e o Papel do Centro de decisão Estratégica**. Tese de Doutorado em Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Brasil. 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/76222/000892922.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 17/11/2022. (400).

RIBEIRO, Rafael. **A geopolítica de distribuição de gás natural Europeia/Asiática e a Rússia como grande protagonista deste cenário**. Monografia de Licenciado em Engenharia de Petróleo-Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Brasil. 2011. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/7892>. Acesso em 05/09/2022. (111). <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/32038/R%20-%20T%20-%20PEDRO%20LOPES%20MARINHO.pdf?sequence=1>

RINALDI, Patrícia; LOURAL, Marcelo (\_\_\_). **Financeirização Global, Estados e Fundos Soberanos de Riqueza**. XIX Encontro Nacional de Economia Política – Área Temática 4: Estados e Nações face à nova configuração do capitalismo. Disponível em: [https://www.academia.edu/40383917/FINANCEIRIZA%C3%87%C3%83O\\_GLOBAL\\_ESTADOS\\_E\\_FUNDOS\\_SOBERANOS\\_DE\\_RIQUEZA](https://www.academia.edu/40383917/FINANCEIRIZA%C3%87%C3%83O_GLOBAL_ESTADOS_E_FUNDOS_SOBERANOS_DE_RIQUEZA). Acesso em 05/09/2022.

SANTOS, Zaquie. **O Desenvolvimento Econômico da Coreia do Sul Entre 1960–1986**. Monografia apresentada na Universidade Federal da Bahia. Bahia. Brasil. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34628/1/TCC-PDF.pdf>. Acesso em 22/07/2022.

SOUZA, Romina; SOUZA, Nali de; ALVIM, Augusto. Fatores de crescimento econômico da Venezuela, 1950-1998. **Revista Análise Econômica**. Porto Alegre, ano 26, n. 49, p. 65-86, Março. 2008. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=peso+dos+recursos+naturais+na+economia+da+venezuela&oq=peso+dos+recursos+naturais+na+economia+da+venezuela&aqs=chrome..69i57.22844j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 10/01/2023.

TORVIK, Ragnar. Oil prices and the exchange rate: Optimal monetary policy for oil-exporting countries, In: AREZKI, Rabah; BOUCEKINE, Raouf; FRANKEL, Jeffrey; LAKSACI, Mohammed; PLOEG, Rick van der. **Rethinking the macroeconomics of Resource-Rich Countries**. London: A VoxEU.Org Book: CEPR Press. 2018. Capítulo 6. p.65-74.

WALSH, Gareth; AHMED, Imad; SAID, Jonathan; MAYA, Martim. A Just Transition for Africa: Championing a Fair and Prosperous Pathway to Net Zero. **Tony Blair Institute for Global Change**. Londres, 14 Outubro, 2021. Disponível em: <https://efaidnbmnnnibpajpcglclefindmkaj/https://institute.global/sites/default/files/articles/A-Just-Transition-for-Africa-Championing-a-Fair-and-Prosperous-Pathway-to-Net-Zero.pdf>. Acesso em 28/09/2022.

---

*Funções de colaboração exercidas*

Vasco Alberto Chemane:

Conceituação; Metodologia; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)